

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A MARCA FEMININA NA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Maria Inez Barboza Marques²⁶

Thaís Gaspar Mendes da Silva²⁷

RESUMO: O texto aborda a divisão sexual do trabalho no capitalismo e a marca feminina na profissão do Serviço Social. Apresenta a crise estrutural do capital na década de 1970 e o impacto da reestruturação produtiva, para as mulheres no mercado de trabalho no Brasil, onde as mudanças foram sentidas, com mais força a partir da década de 1990, manifestando suas contradições e formas de exploração, o que reforçou as desigualdades nas relações de gênero. Por esse ângulo, é possível refletir sobre a marca feminina no Serviço Social, relacionada às construções da sociedade capitalista e patriarcal com sua herança histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão Sexual do Trabalho, Reestruturação produtiva do capitalismo, Relações de gênero.

ABSTRACT: The text addresses the sexual division of labor in capitalism and the feminine mark in the profession of Social Work. It presents the structural crisis of capital in the 1970s and the impact of the productive restructuring for women in the labor market in Brazil, where the changes were felt more forcefully from the 1990s, manifesting its contradictions and forms of exploitation, which reinforced the inequalities in gender relations. From this angle, it is possible to reflect on the feminine mark in Social Work, related to the constructions of the capitalist and patriarchal society with its historical heritage.

KEYWORDS: Sexual Division of Labor, Productive restructuring of capitalism, Gender relations.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

26 Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Docente do curso de Serviço Social da Unespar, campus Paranavaí. Coordenadora do Núcleo Maria da Penha - NUMAPE/Paranavaí e do Grupo de Pesquisa (CNPq) Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. maria.marques@unespar.edu.br. ORCID: 0000-0002-2427-7739.

27 Doutora em Serviço Social (UNESP/SP). Docente do curso de Serviço Social da Unespar, campus Paranavaí. thaís.silva@unespar.edu.br. ORCID: 0000-0002-0998-9113.

INTRODUÇÃO

Reunir diferentes autores e autoras para dialogar sobre a divisão sexual do trabalho, a reestruturação produtiva e a marca feminina na profissão do Serviço Social constituíram-se o eixo movente deste trabalho.

Em termos gerais, gênero é apreendido como categoria de análise que trata das relações sociais entre os sexos e é portador de dimensões teórica e política. Deve ser compreendido também como categoria de análise que vai se desenvolvendo através das teóricas e pesquisadoras envolvidas com o debate e com a luta pela equidade nas relações de gênero, que são entendidas como relações de poder.

A partir da perspectiva crítica, é possível compreender a categoria gênero como relacional, porque, a partir daí, existe o entendimento de que os sujeitos (homens e mulheres) se produzem e reproduzem nas diferentes formas de relações sociais.

É necessário, no entanto, vislumbrar o movimento que perpassa a compreensão dessa categoria. Para tanto, parte-se do pressuposto que, basicamente, o estudo do gênero tem enfoques que se fundem: deve-se ter clareza das análises fundamentadas no patriarcado (que sustenta o androcentrismo), que privilegia a perspectiva histórica com suas estruturas baseadas no poder dos homens, mas também, e fundamentalmente, os estudos que têm como norte bases materiais, em que se privilegia a perspectiva dialética através da teoria social crítica.

É importante destacar que temáticas envolvendo as categorias patriarcado, divisão sexual do trabalho e gênero, com suas dimensões correlatas (classe, raça, etnia e sexualidade), têm obtido destaque nos estudos, pesquisas acadêmicas, discursos de diversos profissionais, movimentos sociais e, inclusive, na mídia. No Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica e sexual do trabalho, as relações de gênero se constituem em importante pauta no contexto vigente e foi reforçada pela campanha do dia do(a) Assistente Social, celebrado em 15 de maio de 2022, que teve como objetivo dar visibilidade à profissão e uma de suas bandeiras, relacionada a luta das trabalhadoras, Assistentes Sociais no Brasil.

O caminho adotado para fundamentar o objeto da reflexão, considera que o contingente de mulheres na profissão é fruto da contradição capital/trabalho e entende que o modo produção capitalista introduz novos problemas e desafios para trabalhadores e trabalhadoras, que afetaram e afetam

particularmente as mulheres, atingidas em seus papéis ativos no âmbito do setor produtivo e reprodutivo. No entanto, não basta identificar esse aspecto, que se constitui inclusive na principal expressão da questão social, é preciso reconhecer, também, que a divisão sexual do trabalho, tem raízes profundas no sistema patriarcal, resultado também da dominação hegemonicamente masculina como forma de expressão da sociedade capitalista.

Especificamente, para as análises das relações sociais de gênero para o Serviço Social, o texto considera tanto a história da marca feminina da profissão, como também seu caráter próprio de trabalhar no contexto das relações sociais, das quais gênero faz parte de uma das suas dimensões fundamentais. A condição feminina é um dos selos da identidade da profissão e, portanto, o(a) assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto a discriminação a ela imposta no mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2007).

FEMINIZAÇÃO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As relações sociais de sexo (relações de gênero), evidenciadas através dos estudos no contexto patriarcal capitalista, podem ter suas especificidades percebidas em cada quadra histórica. No trabalho, podem ser evidenciadas em diferentes culturas e de diferentes formas.

[...] é fato que os sujeitos se constroem tanto a partir da ordem biológica (o gênero constitui-se com ou sobre corpos sexuados), como do contato com o social (o ser humano só se constrói em relação uns com os outros, com o mundo objetivo), embora esse processo não se efetive da mesma forma em homens e mulheres, o que significa dizer que o debate natureza/cultura não é vivenciado existencialmente do mesmo modo por ambos os sexos. Ou seja, ainda que se faça parte do mesmo lugar na estrutura de classes ou se participe de uma mesma categoria ocupacional, homens e mulheres vivenciam um cotidiano bastante diferente. A experiência de gênero no trabalho adquire uma conotação distinta (HIRATA, 2002, *apud* DIAS, 2010, p. 73).

No âmbito da reestruturação produtiva, destaca-se que, na década de 1970, a introdução do modelo de produção capitalista modificado se constituiu em palco para as transformações na sociedade, que reestruturaram o mercado de trabalho, remodelaram as profissões e incluíram novos segmentos à esfera produtiva, entre eles a força de trabalho feminina (PAULO NETTO, 1996).

É importante, no entanto, destacar, de acordo com Dias (2010, p. 22), que a reestruturação produtiva é apenas uma das vias para se investigar o processo de feminização do trabalho e da divisão sexual do trabalho. É necessário ter claro também, por exemplo, a relevância da luta pela emancipação feminina e pela igualdade entre os sexos, que foi travada ao longo dos tempos pelos movimentos de mulheres e movimento feminista.

Considera-se, então, que a afluência das mulheres no mercado de trabalho, principalmente nos postos de maior prestígio, foi fruto de árduas batalhas em prol de políticas públicas de emprego e melhores condições de trabalho. Sabe-se que as mulheres lutaram também pela generalização de insumos contraceptivos, acesso à educação, ao voto e contra a política familiar que as estimulava a permanecer “unicamente” no lar.

Há que considerar, todavia, a importância que as transformações nas estruturas da economia e do trabalho produziram nesse contexto, principalmente nas últimas décadas, caracterizadas por um intenso processo de reestruturação das relações sociais e da desregulamentação do mercado de trabalho (DIAS, 2010).

O modelo da acumulação flexível impactou de forma significativa a condição de trabalho de muitas profissões, o que favoreceu a precarização e a informalização. Dias (2010) esclarece que as mutações oriundas do processo de mudança no modo de produção capitalista atingiram toda a classe trabalhadora, tendo em vista o acirramento da diversidade de trabalho e de suas formas de contratação. O modo de produção capitalista implantado introduziu novos problemas e desafios para trabalhadores e trabalhadoras, no entanto, tais mudanças afetaram particularmente as mulheres, que vêm sendo atingidas em seus papéis ativos no âmbito do setor produtivo e reprodutivo, principalmente em países pobres da América Latina.

Ainda, de acordo com Dias (2010), a crise estrutural do capital, evidenciada pelo esgotamento do ciclo de acumulação taylorista e fordista, redução da taxa média de lucro e intensificação das lutas de classes, ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, afetou duramente os países pobres da América Latina, entre eles o Brasil.

No Brasil, o impacto desse intenso movimento, impresso pelo capital consubstanciado na reestruturação produtiva, vem sendo sentido com mais força a partir da década de 1990, momento em que as políticas neoliberais avançaram sob forte pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), através de um amplo programa de abertura, liberalização e internacionalização da economia, levando o governo brasileiro “[...] a adotar medidas restritivas que submetiam o Estado nacional aos ditames do capital estrangeiro. Esse movimento foi intensificado nos governos subsequentes” (DIAS, 2010, p. 23-24).

No bojo desse movimento do capitalismo, as mulheres, impulsionadas por necessidades econômicas e pessoais, viram-se obrigadas a adaptar-se ao mercado de trabalho emergente, em primeiro momento com intuito de complementar a renda familiar.

O novo sistema de produção acabou reforçando a noção de “complementaridade da renda familiar” por parte das mulheres, pois a exploração de trabalho feminino no processo da reestruturação produtiva reforça as contradições das relações de gênero (relações sociais de sexo), que se evidenciam, deixando ainda mais claro as “entrelinhas” do modo de produção que se manifesta com suas contradições e formas de exploração, que reforçam as desigualdades nas relações de gênero. Harvey (2012) pondera a respeito:

As relações de gênero também se tornaram muito mais complicadas, ao mesmo tempo em que o recurso à força de trabalho feminino passou por ampla disseminação. Do mesmo modo, aumentou a base social de ideologias de empreendedorismo, paternalismo e privatismo (HARVEY, 2012, p. 179).

A divisão sexual do trabalho passa a se expressar de diferentes formas no contexto de acumulação flexível, e a exploração da força de trabalho das mulheres ganha amplitude. A venda da força de trabalho ganha proporções de fragilidade e instabilidade. Harvey (2012) apresenta uma problematização que contribui para a apreensão da dinâmica em curso no período:

A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência, como por uma melhora na condição de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (HARVEY, 2012, p. 146).

Fora isso, evidenciou-se com a reestruturação produtiva o retorno do trabalho doméstico desenvolvido em outros modos de produção (para reprodução da força de trabalho e do capital). Só que esse retorno ocorreu de forma ainda mais contundente, para benefício do mercado e do capital.

Assim, como já mencionado em momentos anteriores, “as economias de escalas, buscadas na produção fordista de massa, foram substituídas por uma crescente capacidade manufatureira de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes” (HARVEY, 2012, p. 148). As mulheres passaram para a condição de terceirizadas de grande interesse dos patrões, substituindo trabalhadores homens, que seriam menos facilmente demissíveis.

Os efeitos são duplamente óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho. Não apenas as novas estruturas do mercado facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis (sic) pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar patriarcal feitos em casa (HARVEY, 2012, p. 146).

O retorno da força de trabalho feminino aos sistemas de trabalho doméstico acontece ao mesmo tempo em que o capital multinacional expande suas fronteiras e ocupa espaços antes não explorados, o que facilita ainda mais a exploração dessa força de trabalho, com o acréscimo da vulnerabilidade de condições que se avoluma. Assim, Harvey explica que esse retorno:

[...] segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa e ali explorar força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável. O programa Maquiladora, que permite que administradores e a propriedade do capital norte-americano permaneçam ao norte da fronteira mexicana, enquanto se instalam as fábricas, que empregam principalmente mulheres jovens, ao sul da fronteira, é um exemplo particularmente dramático de uma prática que se tornou generalizada em muitos países menos desenvolvidos recém-industrializados (as Filipinas, a Coreia do Sul, o Brasil etc.) (HARVEY, 2012, p. 146).

Hirata (2012) esclarece que foi para se opor à “rigidez” da legislação trabalhista que se expandiu o desenvolvimento da utilização de uma mão de obra flexível. Para a autora, a mão de obra flexível significa fundamentalmente a feminina, geralmente contratada em tempo parcial. Esse fenômeno, em países como o Japão, faz com que essa mão de obra seja vista como complemento principal do processo de robotização, tendo em vista que efetua

as operações que são consideradas não qualificadas, que são consideradas pelos robôs industriais (OSAWA, 1989, *apud* HIRATA, 2012, p. 228). Nesse sentido, a autora ressalta:

[...] o desenvolvimento do trabalho em tempo parcial no Japão foi impressionante, passando de 2 milhões de mulheres, em 1980, para 5 milhões em 1985. Os dados disponíveis são claros: entre 1983 e 1987, o número de assalariadas (as) em tempo parcial aumentou 40% (em comparação com os 4,7% de empregos em tempo integral). O número de mulheres japonesas empregadas em tempo parcial aumentou em 38,2% durante o mesmo período e representa, hoje, um terço do conjunto das mulheres assalariadas no comércio, nos serviços e nos postos repetitivos criados pela automatização industrial (OSAWA, 1989, p. 96 *apud* HIRATA, 2012, p. 228).

Hirata (2012) enfatiza que essa modalidade de flexibilidade de mão de obra, ofertada pelas mulheres no Japão, é associada a salários extremamente baixos e sem garantia social de nenhuma espécie. Na verdade, só é possível em função da situação em que vivem essas mulheres, que, na grande maioria, são casadas, têm filhos, têm mais de 40 anos. Muitas vezes são despossuídas de qualificação profissional por terem se dedicado à criação dos filhos.

Por esse ângulo, a autora pondera que é difícil explicar a flexibilidade de mão de obra somente pelos mecanismos do mercado de trabalho, sem incluir a dimensão familiar, e, ao mesmo tempo, a lógica do salário complementar, bem como a “preeminência da condição de mães de família sobre a condição de trabalhadoras” (HIRATA, 2012, p. 229).

Fora isso, Hirata (2012) considera que a própria noção de flexibilidade, ou o que é chamado de especialização flexível, foi construída, de fato, ignorando qualquer abordagem considerada em termos de relações que são construídas socialmente, culturalmente e historicamente entre homens e mulheres. Deve-se ter claro que essa construção teórica da especialização flexível se baseia no trabalhador homem, considerado como figura universal, demonstrando que as novas tendências na divisão sexual do trabalho caminham no sentido do surgimento da fábrica flexível, que tem como peça principal a figura emblemática do operário (homem) muito qualificado e polivalente.

Assim, Hirata (2012) considera que “as teses sobre o surgimento de uma mão de obra qualificada e flexível, ‘adaptada’ às novas tecnologias, baseiam-se, assim, em ocultar a relação diferencial dos homens e mulheres com a qualificação e as

novas tecnologias” (HIRATA, 2012, p. 229). A autora cita J. Jenson para alertar que, nesse contexto, é importante pensar a questão da reprodução da divisão sexual do trabalho, levando em conta que as ‘novas’ relações sociais tendem a continuar produzindo a situação em que as qualificações femininas, geralmente, são reconhecidas apenas como talentos naturais, assim como outros processos sociais que, cada vez mais, distanciam as mulheres do controle da nova tecnologia.

Em concordância com Hirata (2012), considera-se que as qualificações femininas que se constituem em termos de gênero e relações de trabalho — incluindo a relação com a tecnologia e com a inovação — são ignoradas pela maior parte dos debates que são realizados a respeito da especialização flexível. Assim, “há um grande risco de fortalecimento das relações desiguais de gênero, caso a especialização flexível seja aceita de uma maneira “*gender blind*”.

As pesquisas de Helena Hirata apresentam aspectos fundamentais para a compreensão das relações de gênero. A autora problematiza que, por meio do debate que envolve as consequências das novas tecnologias e também sobre o novo paradigma de organização flexível, tem-se observado que tais especializações não têm as mesmas repercussões se for considerado o ponto de vista dos homens ou o das mulheres, dos trabalhadores e das trabalhadoras dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

Conforme a autora, considera-se, em primeiro lugar, que em relação à tese do surgimento de um “novo paradigma de organização industrial” (PRIORI e SABEL, 1984, *apud* HIRATA, 2012, p. 230), ou ainda de um novo “conceito”, ou “modelo” de produção (KERN e SHUMAN, 1989, *apud* HIRATA, 2012, p. 230), que surgiram como alternativos ao modelo fordista, não há sustentação, pois, na concepção de Hirata, o taylorismo não acabou, principalmente se for considerada a mão de obra feminina (HIRATA, 1988, *apud* HIRATA, 2012, p. 230) ou mesmo as indústrias dos países subdesenvolvidos (CARVALHO e SCHIMITZ, 1989, *apud* HIRATA, 2012, p. 230).

Mesmo em países como a França, que teve um desenvolvimento considerável na automatização nos últimos anos, Hirata destaca que “[...] o fordismo e a produção em massa padronizada parecem ainda inteiramente atuais (VOLKOFF, 1987, *apud* HIRATA, 2012, p. 230).

Outra questão, que se origina como resultado da percepção apresentada sobre divisão sexual do trabalho, é que as novas tecnologias, inevitavelmente, reforçam a marginalidade das mulheres, principalmente quando se trata das mulheres não qualificadas. Assim, considera-se:

Na realidade, são os postos não qualificados que desaparecem, e são também postos que implicam tarefas repetitivas que, com as mudanças tecnológicas, continuam disponíveis para as mulheres (ver, por exemplo, o caso da indústria plástica, com bastante mão de obra feminina, e os postos que ela reserva para as mulheres em um país como o Brasil). Da mesma maneira, na indústria alimentícia, o processo de modernização leva à eliminação do emprego de mulheres em várias atividades (M. H. Triliski, 1990) nas indústrias de transformação da carne, a introdução dos controles programáveis (CLP) substituiu 24 operárias qualificadas e semi qualificadas por um operador homem; na limpeza de camarões, uma máquina substituiu de uma vez 50 operárias, máquina colocada em ação e controlada por um operário; também numa linha de etiquetagem de vinagre, 30 mulheres que etiquetavam manualmente foram substituídas por uma máquina, manobrada igualmente por um operário. Por outro lado, as mulheres permanecem praticamente ausentes dos postos técnicos e longe dos equipamentos caros e competitivos (HIRATA, 2012, p. 230-231).

Por esse ângulo, Hirata pondera que é inevitável (e ao mesmo tempo necessário) a constatação de que o panorama da flexibilização é extremamente complexo, se for levado em conta as diferenças ligadas ao gênero, à qualificação e também à divisão internacional do trabalho. Essa autora acrescenta que as teses que pretendem alcance universal, tais como aquelas que defendem “os novos paradigmas” ou os “novos modelos de produção”, serão inevitavelmente e obrigatoriamente questionadas “[...] à luz das pesquisas empíricas que introduzem essa diferenciação” (HIRATA, 2012, p. 231).

Além das condições de trabalho vulneráveis e instáveis enfrentadas pelas mulheres no contexto da acumulação flexível, deve-se levar em conta que é necessário somar a atribuição do trabalho reprodutivo, como jornada adicional ao trabalho produtivo. Com possibilidades de poucas exceções, os trabalhos destinados aos cuidados com a casa e com a família ficam sob a responsabilidade das mulheres, mesmo aquelas que vendem sua força de trabalho ao mercado capitalista. Nesse caso, incluem-se mulheres que desfrutam de melhores condições econômicas e de empregos que podem ser considerados como espaços privilegiados de atuação, tais como secretárias executivas, consultoras, professoras e outras.

Antunes (2005) deixa claro essa condição das mulheres, quando expõe:

[...] mas, no universo da vida privada, ela (a mulher) consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis

para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos, filhas e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, senão inviabilizadas (ANTUNES, 2005, p. 108-109).

Isso evidencia a condição das mulheres no contexto da sociedade capitalista patriarcal, desigual, sexista, machista, preconceituosa e, além de tudo, racista. Assim, embora não seja foco da discussão a questão da raça, ressalta-se novamente que de forma alguma isso pode ser ignorado. Muito pelo contrário, pois em um país como o Brasil, marcado pelas diferenças raciais e étnicas, falar de exclusão de mulheres tem uma conotação ainda mais forte quando considerada essas peculiaridades.

Com bases materiais alicerçadas em valores do capitalismo, carregado dos outros valores citados no parágrafo acima, compreende-se, então, que não haverá possibilidades de mudanças (se não houver o compromisso coletivo de questionar e interferir nos diferentes contextos), especialmente no trabalho, que busca a exploração da força de trabalho de homens e mulheres, porém deixando as mulheres em condições de inferioridade aos homens, através da acentuada divisão sexual do trabalho que tem raízes profundas em um sistema que não somente exclui as mulheres, mas também alicerça-se na busca da divisão do *saber* e do *poder* entre homens e mulheres.

Para responder à questão da emergência de um novo paradigma de divisão sexual do trabalho, Hirata esclarece que “outras pesquisas são, sem dúvidas, necessárias, sobretudo relativas à divisão do saber e do poder entre homens e mulheres” (HIRATA, 2012, p. 25).

É imprescindível refletir que as mudanças originadas nas últimas décadas atingem todas as esferas da vida em sociedade e as instituições em geral, sejam elas públicas ou privadas, bem como as profissões inseridas na divisão sociotécnica do trabalho.

A MARCA FEMININA NA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Existe no Brasil, um contingente de profissionais de Serviço Social do gênero feminino que ultrapassa 90% da categoria, proveniente de segmentos médios pauperizados da sociedade, com um nítido recorte de gênero: predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres.

A condição feminina é um dos selos da identidade desse e dessa profissional, atribuída e formada pela ideologia burguesa que marca fundamentalmente o Serviço Social como uma profissão composta por mulheres. Tal contingente está ligado diretamente ao movimento da profissão em seu processo histórico, que nasce no seio do sistema capitalista monopolista, mas também com bases na doutrina social da igreja católica. Na verdade, o Estado, fazia uso da figura da mulher com suas características peculiares difundidas ideologicamente pela igreja católica e intencionalmente construído por sociedades historicamente patriarcais para facilitar o apassivamento, submissão e para assegurar a manutenção do controle das expressões da questão social emergentes naquele momento histórico.

Tais processos, imanentes ao movimento de constituição da profissão, particularmente na sua gênese, resultaram em heranças que geram conflitos e controvérsias na sociedade, que em geral, ainda tem dificuldades para compreender o Serviço Social como uma profissão situada na divisão social e técnica do trabalho, com atribuições voltadas principalmente à garantia de direitos no contexto do sistema capitalista que também tem suas bases na sociedade patriarcal, que preserva a hegemonia do poder masculino sobre o feminino. Hoje, apesar dos processos de rupturas (ou tentativas), registrados no Serviço Social, a imagem atribuída à profissão, não raras vezes, ainda carrega essa característica, seja por aqueles que procuram e ingressam na profissão, como também por aqueles que empreendem abertura de vagas para contratação de assistentes sociais.

Nesse contexto, reconhecer a importância das discussões sobre gênero ou relações sociais de sexo no contexto da formação e da profissão é uma necessidade. Esse é o direcionamento do texto em pauta, que discute a marca feminina da profissão e suas implicações no contexto do sistema capitalista vigente.

O livro de Mirla Cisne (2012) se constitui em uma referência para a categoria, tendo em vista que trata da questão de gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. No prefácio desse livro, Marilda Vilela lamamoto ressalta que a autora discute a divisão sexual do trabalho presente na gênese da profissão e no seu desenvolvimento.

Marilda lamamoto destaca que a marca feminina da profissão é o fio central que fundamenta a argumentação da autora. Ela discute as ideias trabalhadas pela autora e apresenta a compreensão própria sobre a questão:

O Serviço social dispõe de ‘forte marca feminina’ ao conformar-se historicamente como uma profissão majoritariamente de mulheres e dirigida a um público preferencialmente de mulheres, geralmente abordadas no seio da família. A marca feminina é aqui compreendida como um ‘processo histórico-cultural de construções e práticas, saberes e valores em relação ao feminino por meio de uma concepção diferenciada entre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é o feminino’, segundo parâmetros estabelecidos pelas classes dominantes, os quais resultam na produção de desigualdades entre homens e mulheres (IAMAMOTO – prefácio do livro de autoria de CISNE, 2012).

Com essa compreensão própria, respaldada por Cisne (2012) e Iamamoto, entende-se como necessário sistematizar, ainda de forma breve, o processo histórico do Serviço Social, que evidencia os apontamentos realizados pelas autoras.

Sobre a origem do Serviço Social, Martinelli (2010) considera que a marca profunda da profissão é a sua vinculação com o capitalismo, que se apresenta com um conjunto de variáveis implícitas a ele.

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto causal que ele foi engendrado e desenvolvido (MARTINELLI, 2010, p. 66).

A profissão sofre a influência do “conjunto de variáveis” mencionadas por Martinelli, embora sua gênese esteja ligada diretamente ao sistema capitalista.

Por outro lado, Iamamoto (2014) esclarece, com relação ao movimento histórico da profissão, que o Serviço Social, em seus primórdios, estabeleceu uma interlocução significativa com o pensamento social católico e, concomitantemente, com o pensamento conservador europeu. Além disso, sofreu fortes influências das concepções estrutural-funcionalistas advindas das ciências sociais e humanas norte-americanas. Fora isso, teve incorporações de rudimentos da psicanálise.

Iamamoto (2005) deixa claro que o Serviço Social “surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja Católica”, apesar de o capitalismo imprimir sua marca na profissão e esta ter nascido no contexto do Estado e de seus interesses subjacentes de controle social (IAMAMOTO, 2005, p. 127).

A mobilização do movimento laico obedecerá, pois, aos objetivos de definir as relações entre Igreja e Estado a partir de um modelo que seja favorável à primeira. Isto é, que lhe

garanta e amplie os antigos privilégios e prerrogativas, e assegure, dentro do aparelho do Estado, as posições indispensáveis para a consolidação de sua influência social. A ação política será conduzida por dois eixos principais: a mobilização do eleitorado católico e o apostolado social (IAMAMOTO, 2005, p. 160).

Iamamoto (2005) pondera que, mesmo havendo uma separação formal entre Igreja e Estado, a Constituição de 1934 representou um estreitamento entre seus laços, pois deixou explícita a religião católica como religião oficial. Por certo, o Serviço Social, tendo surgido nessa conjuntura como resultado da ação católica, não estaria isento dessa marca. Porém, tem também a marca feminina inerente ao seu histórico, o que exige as análises das relações de gênero ou relações sociais entre os sexos.

Cisne (2012), afirma que são de fundamental importância as análises das relações sociais de gênero para o Serviço Social, levando em conta tanto a histórica da marca feminina da profissão, como também seu caráter próprio de trabalhar inserido no contexto das relações sociais, das quais gênero faz parte de uma das suas dimensões fundamentais.

Concordando com Cisne (2012), Lima (2014), reflete que entre as características do serviço social encontra-se o fato de ser uma profissão constituída de mulheres e para as mulheres. “[...] a história do Serviço Social no Brasil e no mundo tem sido construída por mulheres. Vários estudos mostram a predominância feminina na profissão e analisam as consequências de tal fato para o Serviço Social” (LIMA 2014, p. 46).

Iamamoto (2007) pondera que o Serviço Social tem seu contingente de profissionais proveniente dos segmentos médios pauperizados, e que existe um nítido recorte de gênero nessa configuração. “[...] uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres” (IAMAMOTO, 2007, p. 104).

Iamamoto deixa claro que é possível reconhecer o contingente masculino, com representação minoritária no país, mas que a condição feminina é um dos selos da identidade da profissão. Assim, “com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto a discriminação a ela imposta no mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 104).

Cisne (2012) alerta que, mesmo a categoria profissional sendo predominantemente feminina, não é por isso que reproduz práticas e valores conservadores que estão vinculados ao feminino. A autora faz tal afirmação lembrando que não é o sexo que determina os valores e as ações, e sim as relações sociais,

principalmente as de classe, gênero e raça/etnia que são articuladas dialeticamente. Assim, esclarece que não é o fenômeno em si (a marca feminina do Serviço Social) que produz explicações sobre o conservadorismo que se vincula aos baixos salários e até mesmo ao baixo status social das profissões que são consideradas femininas.

É pertinente refletir, no que se refere à formação no Serviço Social, que, apesar das discussões sobre gênero e relações sociais de sexo não serem obrigatórias no contexto dos cursos de em âmbito nacional, existem iniciativas, muitas vezes isoladas, que incluem a temática em seus processos formativos.

Lima (2014) pondera que o enfoque de gênero, e das relações sociais de sexo, adquiriu certa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, que foram aprovadas pela Associação Brasileira de Serviço Social (ABEPSS) em 1996. A partir de então, passa a ser considerado que tais discussões devem perpassar a formação profissional. Todavia, conforme Lima (2014), isso não vem acontecendo efetivamente.

Em concordância com a autora, compreende-se que as discussões relacionadas à questão de gênero, bem como classe, raça/etnia e orientação sexual precisam ser incorporadas de fato aos processos de formação profissional.

[...] o Serviço Social – como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas para as expressões da questão social mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual – precisa, necessariamente, ter um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessória que não tem verdadeiras centralidade no processo de formação profissional (LIMA, 2014, p. 55).

Voltando a Cisne (2012) e especificamente às discussões de gênero ou relações sociais de sexo, ressalta-se que a autora esclarece que tal análise contribui na percepção de que a subalternidade conferida às mulheres resulta da construção social, portanto é histórica, e não de uma essência natural feminina. “Desta forma, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino” (CISNE, 2012, p. 22).

Cisne (2012) explica que os resultados da pesquisa de campo realizada por ela, no ano de 2004, demonstraram que persiste no exercício profissional de Assistentes Sociais o conservadorismo de gênero, não obstante os avanços

que foram alcançados pelo Serviço Social. Destaca que tais resultados geram preocupações, visto que a consciência de gênero é uma necessidade às(aos) profissionais do Serviço Social, para que ocorra um processo de renovação profissional.

Se mais de 90% desta profissão é composta por mulheres, não se está falando de um sujeito profissional assexuado, mas, ao contrário, de um sujeito que historicamente vem sofrendo as implicações de um sistema patriarcal que domina e explora o gênero (sic) feminino (CISNE, 2012, p. 24).

A autora alerta que quando se fala de um sujeito que historicamente atuou no sentido de resistir e enfrentar as opressões e explorações, quanto mais consciência esse mesmo sujeito (profissional) tiver da condição de gênero mais possibilidade terá de construir estratégias de resistência e enfrentamento.

Em síntese, considera-se que é fundamental a compreensão dos aspectos da gênese da profissão e como tais aspectos influenciaram na sua marca feminina. Ressalta-se, também, a necessidade da compreensão do gênero e das relações sociais de sexo que desvelem o conservadorismo existente em torno da profissão. Para tanto, faz-se necessário compreender sua construção histórica para situar melhor esse processo no contexto do sistema capitalista que tem suas bases também no sistema patriarcal.

Em concordância com Martinelli (2010) e Iamamoto (2014), Cisne (2012) argumenta que é no terreno do capitalismo monopolista que surge o Serviço Social como profissão. Ou seja, “emerge das condições histórico-sociais concretas na ordem monopólica, dos seus processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais” (PAULO NETTO, 1996, *apud* CISNE, 2012, p. 29).

Cisne (2012) pondera que, nesse contexto, o Serviço Social é chamado a intervir na arena conflituosa existente na contradição capital versus trabalho, sendo seu principal empregador o Estado, que tem como objetivo principal o controle da força de trabalho, com vistas ao enquadramento da classe trabalhadora à ordem do capital.

O enquadramento da classe trabalhadora, na verdade, teve por objetivo amenizar os diversos conflitos ocasionados pelo acirramento da “questão social”, que Cisne (2012, p. 29) interpreta como “o conjunto das expressões das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade capitalista madura”.

Nessa mesma direção, Martinelli reflete sobre as consequências do processo em curso para os(as) profissionais do Serviço Social.

A alienação presente na sociedade capitalista, tendo encontrado a base social necessária, penetrou na consciência dos agentes profissionais, constituindo sério obstáculo para que pudessem estruturar sua consciência política, sua consciência social (MARTINELLI, 2010, p. 128).

A década de 1930, período em que nasce o Serviço Social como profissão, sob o governo de Getúlio Vargas, predominava o populismo, o paternalismo e outros. Nessa dinâmica, as desigualdades sociais eram camufladas e existia um apadrinhamento que tinha como objetivo envolver ideologicamente a sociedade civil para integrar as classes antagonicas (CISNE, 2012).

Cisne (2012) ressalta que foi no cenário desse governo, cheio de contradições, que emerge o Serviço Social, oriundo da necessidade que tinha o Estado de implantar políticas sociais que atendessem aos interesses das classes exploradas. Objetivava garantir a amenização dos conflitos de classe, atendendo também a necessidade do capital, que precisava controlar a pauperização progressiva da força de trabalho, assegurando não só o seu controle, mas a sua reprodução. Sendo assim, “é nessa relação com as políticas sociais do Estado que o Serviço Social encontra seu significado sócio-histórico” (CISNE, 2012, p. 33).

O Estado Varguista passa a requisitar os(as) Assistentes Sociais com o objetivo de um trabalho técnico para execução das políticas assistenciais do período, iniciando a implementação dessa estratégia através do populismo, do clientelismo e também da benemerência voltada às classes trabalhadoras. Nesse sentido, não era assegurada a política social como um direito, mas sim como um favorecimento do estado aos beneficiados, o que acabava provocando a sua subordinação e dependência. Esse modelo foi se configurando com um caráter assistencialista e tinha por objetivo a reprodução da relação de dependência e de dominação sobre a população usuária dos serviços.

Com essa direção, o Estado “utilizava-se da figura da mulher, com todas as suas características, dons e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da “questão social” e, ao mesmo tempo, desresponsabilizar-se dos problemas sociais” (CISNE, 2012, p. 35).

O Serviço Social configurou-se como profissão envolvida nas ações de assistência social e, principalmente, nas determinações históricas da racionalização dessa mesma assistência.

Fica claro, de acordo com Cisne (2012), que foi através da Liga das Senhoras Católicas e da Associação das Senhoras Brasileiras que se iniciou a preparação de pessoas para atuarem na assistência preventiva e no chamado apostolado social. Foi esse movimento que resultou nas primeiras escolas de Serviço Social na década de 1930, no Brasil (CISNE 2012).

Esses contornos no movimento de constituição da profissão, especialmente na sua gênese, deixaram heranças que geram conflitos e controvérsias. A sociedade em geral ainda tem dificuldades para compreender o Serviço Social como uma profissão situada na divisão social e técnica do trabalho, com atribuições voltadas principalmente à garantia de direitos no contexto das políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a crise estrutural do capital na década de 1970 e o impacto da reestruturação produtiva para as mulheres no mercado de trabalho, relacionado ao movimento histórico da profissão, demonstra que é importante levar em conta as peculiaridades do Serviço Social, que nasce para atender aos apelos do sistema capitalista, mas possui marcas de uma herança advinda da cultura burguesa de confissão católica, com cunho assistencialista e patriarcal. Além de todas essas implicações, como resultado da influência da aristocracia burguesa e da Igreja Católica, emerge na gênese da profissão um contingente de profissionais do gênero feminino, ainda predominante atualmente, o que leva a profissão a ter características femininas que acabam reforçando a divisão sexual do trabalho no âmbito da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a negação e a afirmação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Editora outras expressões, 2012.

DIAS, Marly de Jesus Sá. **Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva**: debates da Saúde Pública. São Luís, 2010. Coleção CCSO. Teses e Dissertações. EDUFMA.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120 especial. Formação, Trabalho e Lutas Sociais - outubro/dezembro 2014. Edição Especial. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 117. Exercício profissional e produção do conhecimento - Janeiro/março/ 2014. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.